

MESZÁROS : o Sistema Comunal de Autogestão

Claudio Nascimento

Nesse ensaio vamos desenvolver algumas idéias de Istvan Mészáros sobre a Autogestão Comunal.

1) A autogestão na obra de Istvan Meszáros:

O filósofo húngaro, procedente da chamada escola Lukacsiana de Budapeste, Istvan Mészáros é um dos poucos pensadores socialistas contemporâneos a por na ordem do dia a questão da estratégia socialista, como forma antagonista ao Capital, e não apenas a sua forma histórica atual, o sistema capitalista. Em duas obras fundamentais, "O Poder da Ideologia" (1989) e, sobretudo, em "Para Além do Capital" (1996), Meszáros tratou do tema do socialismo na perspectiva de uma sociedade constituída por "produtores livremente associados", ou seja, da autogestão socialista.

Em seu livro "Estrutura Social e Formas de Consciência" (2009), Meszáros trabalha com a idéia de "Sistema Comunal" e, desse modo, vem ao encontro dos teóricos que buscam analisar as experiências em curso em países como Bolívia, Venezuela, Equador, e também, em forma menos radical, países que têm a economia popular e solidária como uma práxis em processo, tanto no campo dos movimentos sociais quanto no plano institucional-governamental, como é o caso do Brasil.

A partir das definições de Marx sobre a experiência da Comuna de Paris, Meszáros define a natureza da tarefa: "realizar a 'emancipação econômica do trabalho' mediante a 'forma política' finalmente descoberta", para que o 'trabalho livre e associado' assuma a forma de 'sociedades cooperativas unidas', a fim de regulamentar a produção 'nacional' segundo um plano comum".

Meszáros parte da idéia da 'crise estrutural' do capital como marca fundante desta nova época, que alguns chamam de 'globalização'. E, por várias razões, nos mostra que a única alternativa à barbárie do capital é uma hegemonia radical socialista antagonista ao Capital. Em suas últimas obras, essa alternativa é definida como "ordem hegemônica alternativa do trabalho – o sistema orgânico comunal". **Meszáros assinala a fonte dessa idéia: "a idéia de um modo comunal de produção e consumo – debatida em detalhe considerável pelo 'Marx maduro', em suas obras de síntese mais importantes, incluído os Grundrisse e O Capital" (2009-p.262).**

Diferentemente de vários tradutores dos “Grundrisse”, Meszáros adota o conceito de ‘produção comunal’ em Marx. Nesse sentido, as traduções dos “Grundrisse” em espanhol *, em francês **, em português *** adotam a expressão ‘produção coletiva’. Meszáros segue a linha da tradução inglesa por Martin Nicolaus, que usa ‘communal production’ (1973-p.171,172)

Meszáros se destaca por definir sempre o caminho para concretizar as estratégias, isto é, o Método. E, no que diz respeito ao sistema comunal, como que advertindo os pragmatismos sem esperança e/ou os radicalismos apressados, nos diz que :

”Muitas das categorias da teoria socialista, vislumbrando uma solução positiva para os problemas aparentemente intratáveis da humanidade, **possuem um longo período histórico de gestação. Em alguns casos, têm sido advogadas há milhares de anos, incluindo a idéia de uma vida comunal**, mas impedidas de sequer chegar perto de sua realização possível”(p.268).

Para Meszáros, a radical eliminação do capital pelos indivíduos auto-emancipados de sua presente dominação do metabolismo social **É O EXATO CONTEUDO DO PROJETO SOCIALISTA**. Em oposição ao modo como se exerce o domínio do capital sobre a sociedade, a concepção socialista vislumbra, nas palavras de Marx, “**UM PLANO GERAL DE INDIVÍDUOS LIVREMENTE ASSOCIADOS**”. É o que se quer dizer com a proposta de ‘**TRANSFORMAÇÃO DO TRABALHO EM AUTO-ATIVIDADE**’.

Portanto, a retomada em nova forma e conteúdo da “vida comunal” será o ‘trabalho como auto-atividade’.

O Sistema Comunal de Produção

A Ontologia Social de Marx está centrada na relação “Indivíduo e Comunidade”. a idéia de “Sociedade Comunal do futuro” é a 3ª forma de sociedade na perspectiva histórica de Marx. Vejamos:

Marx trata o desenvolvimento do processo de objetivação através 3 etapas históricas :

1= formações precapitalistas,

2= capitalismo,

3= sociedade comunal do futuro.

E, na linha da autogestão social, o 3º tipo é uma sociedade fundada em relações mútuas, em que os meios de produção pertencem aos “produtores associados”.

Mas, Isso não deve se tomar como um regresso à propriedade comunal da sociedade precapitalista.

Nessa ” terceira etapa, a propriedade, no sentido de uma relação com as condições para a produção social, pertence a comunidade.

Mas, de onde vem essa idéia de Comunal ? Já foi mesmo nome da organização de base dos movimentos operários no século XIX.

Nesse sentido, é possível que o ‘partido comunista’ à época do seu “Manifesto”(1848) tomasse em sua organicidade a ‘forma comuna’.E, o proprio Marx,foi ‘presidente’ de uma Comuna.

Não é por acaso que na forma de organização da “Liga dos Comunistas” (1836-1847), vamos encontrar como núcleo básico a forma “comuna”,como que uma prefiguração desta “ sociedade futura comunal”. Em seus “Estatutos”,o numro 1, a Liga tem por objetivo a supressão da escravidão dos homens pela difusão da teoria da Comunidade dos bens e, desde que possível, sua introdução na pratica” (Bert Andreas.1972.p.38). No primeiro Congresso da Liga , realizado em Londres em 1847,um novo artigo foi acrescido submetendo “ toda decisão de Congresso com força de lei à ratificação das comunas”(ibid.p67),O artigo numero 2 dos estatutos da Liga diz que:”A Liga se divide em *Comunas* e em *Circulos*:a sua cabeça e como poder executivo está a Autoridade central.”(ibid.p.111)

Na “Seção II” define o ponto “A Comuna”:

Art. 6. Uma comuna se compõe no mínimo de três e no Maximo de doze membros.”

Art. 10;”As comunas não se conhecem entre elas e portam nomes distintos que elas escolhem”.

Nos “Estatutos”, um Circulo agrega no minimo duas e no Maximo dez comunas”.(ibid.p.113)

D.Riazanov ,em Introdução ao “Manifesto Comunista”, fala da única vez em que Marx escreveu sobre A Liga: “A Liga dos Comunistas foi criada em Paris em 1836, primitivamente com outro nome.A organização,ao passo que ela se ampliou passo a passo,era a seguinte: Um certo numero de mebros formavam uma Comuna; diferentes comunas constituíam na mesma cidade um circulo...(Le Manifeste Communiste.J.Molitor,Paris 1947.p.2).

Por sua vez, M.Rubel em “Crónica de Marx.datos sobre su vida y su obra”(1972), afirma que em 1847: “Junio; primeiro congresso da Liga dos comunistas em Londres, com a participação de Engels. Marx não pode assistir por falta de dinheiro.(...)

Agosto: Marx é eleito presidente da “comuna” de Bruxelas da Liga dos comunistas”(Ibid.p.28)

Todavia, o uso de Comuna como núcleo organizativo da Liga Comunista, é consequencia de toda uma historia social.

Então, de onde vem essa idéia de “Comuna” ? Vamos,então,mergulhar na Historia Social do Trabalho,e nas lutas sociais para emancipar o trabalho frente ao Capital e ao Estado.

Se na revolução Francesa de 1789,encontramos a idéia de ‘comuna’,através da idéia dos “comitês revolucionarios” dos descamisados (sans culottes), será na revolução de 1871 na França que a idéia será desenvolvida como forma de “auto-governo dos trabalhadores” , como disse Marx : “ O verdadeiro segredo da comuna estava em ser essencialmente um governo operário,fruto da luta da classe produtora contra a classe exploradora, a única forma política,ao fim descoberta, sob a qual poderia se levar a termino a emancipação econômica do trabalho”(Karl Marx.”La guerre civile em France 1871”.1975,éditions sociales.p.67).

Vamos encontrar nas lutas dos povos pelo mundo, a idéia da ‘comuna’ , como forma de propriedade comunal e mesmo de governo como relação de poder.È nessa base que surge o que o conselhistas holandês,teórico dos conselhos operários, Anton Pannekoek chamou de “sentimento comunitário” (lês conseils ouvriers,t.I-p.148, ss).

Para Pannekoek, em periodos de crise, o ‘sentimento comunitario’ supera o ‘sentimento de conservação’,dominante profundo no ser humano. Nesses momentos, “A primeira metamorfose, a mais importante se expressa no desenvolvimento do sentimento comunitário.Suas primeiras manifestações apareceram no capitalismo, como consequência do trabalho comum e da luta comum.Ele se reforça pela tomada de consciência, originada na experiência, de que o operário isolado é sem poder contra o capital(...)”(idem)

Mas, Pannekoek aprofunda essa idéia ;” Não é todavia um fato novo. Nos tempos primitivos, o sentimento comunitário predominava nas tribos, das formas simples, comunistas, do trabalho. O homem estava completamente ligado à tribo; separado dela, ele não era nada”(idem)

Pannekoek segue seu raciocínio: “quando, em seguida, os homens se separam e se transformaram em pequenos produtores independentes, o sentimento comunitário se evadiu e cedeu lugar ao individualismo”. Esse novo caráter foi se afirmando cada vez mais com o capitalismo. Mas, seguramente, isso não impede que o homem seja, no capitalismo, um ser social. A sociedade comanda e, nos momentos críticos – por exemplo, revoluções e guerras – o sentimento comunitário se impõe, temporariamente, como um dever moral excepcional”(idem)

Para Pannekoek, “o sentimento comunitário é, sempre, a força principal, necessária para o progresso da revolução”. Trata-se da ‘fusão do individualismo e do sentimento comunitário em uma unidade superior. É a subordinação consciente de todas as forças do indivíduo ao serviço da comunidade”(idem).

Enfim, “O forte sentimento comunitário que nas das lutas pelo poder e pela liberdade é simultaneamente a base da nova sociedade”(idem)

Estas idéias do filósofo holandês dos conselhos, tem um caráter ontológico, filosófico e, articula-se com uma visão política e econômica. Articula economia e filosofia, trabalho e luta de classes. E, aqui, esta o ‘filo rosso’ para um profundo mergulho nos ciclos das lutas autogestionárias dos trabalhadores, dos ‘que vivem do trabalho’, em todos os continentes.

Todavia, mais uma vez, a idéia de Vida comunal tem um lastro histórico muito mais longo. Mas, vamos a outra idéia sobre a vida comunal na História. O célebre anarquista russo Pedro Kropotkin, (“El Apoyo Mutuo”, 1922, Moscou) , antecipando a obra do antropólogo Pierre Clastres, afirma que a **comuna aldeia** é uma instituição universal e célula de toda sociedade futura, que existiu em todos os povos e sobreviveu até os dias atuais. Sua tese de que o homem pré-histórico vivia em sociedade toma por base diversos estudos sobre tribos primitivas fora da Europa, em que o altruísmo e o espírito comunitário existiam entre seus membros do clan e da tribo.

Na **comuna aldeia**,”os povos garantiam os frutos da terra e também a defesa da vida e o apoio solidário em todas as necessidades da vida.Apresenta mesmo uma ‘lei sociologica’ em que ‘quanto mais integra se conserva a **posse comunal**,mais nobres e suaves são os costumes dos povos”.(1989-p.15)

As aldeias fortificadas , com o tempo,se transformaram na Idade media em cidades análogas as da antiga Grecia.Seus habitantes se rebelaram contra o poder feudal,de tal modo que, a cidade livre medieval ,surgida da comuna Barbara chegou a ser a expressão mais perfeita de uma sociedade humana com base no livre acordo e no apoio mutuo.Para Kropotkin, se a cidade livre medieval era uma tela constituída por grêmios e guildas,por sua vez, o mundo livre da Idade Media é uma tela ampla formada por cidades livremente federadas e unidas por pactos de solidariedade.Esse mundo medieval libertário tem sua origem na luta contra o feudalismo e, sua decadência e absorção pelo novo Estado absolutista da época moderna(ibid-p.15).

Os grêmios organizavam o trabalho com base na cooperação e para satisfazer as necessidades materiais,sem buscar o lucro.As cidades livres do poder feudal,eram reguladas na maioria dos casos por uma **assembléia popular**.A essa sociedade de trabalhadores livres e solidários,segundo Kropotkin,se associava necessariamente a arte grandiosa das **catedrais**, obra comunitaria para o desfrute da comunidade.(idem-p.16)

Na concepção histórica do anarquista russo, ‘a ressurreição do direito romano e a tendência a formar Estados centralizados e unitários regidos por monarcas absolutos,caracterizou o começo da época moderna. Esse processo pos fim não só ao feudalismo mas também as cidades livres”(idem)

P.Clastres, em sua monumental “Society Against the State”(1980), afirma

que as chamadas ‘sociedades primitivas’ se caracterizavam por serem “sociedades sem estado, são sociedades em que o corpo não possui órgãos separados do Estado, isto é, o poder não é separado do Estado”.E que o ‘poder é sob controle da sociedade,ter o poder é exerce-lo. E’o próprio corpo social que detem o poder e o exerce como unidade indivisível”(1980-p.104 e 108).

Enfim, são muitos os pensadores do campo socialista que analisaram o sistema comunal: além de Marx, Rosa Luxemburgo, Paul Lafargue, Mariategui,G.Landauer,

entre tantos, dedicaram obras ao tema da “Vida Comunal”. Por exemplo, Rosa conclue sua longa pesquisa sobre a vida comunal ,falando dos Incas no Peru:

“Acha-se mesmo no distante pais sul-americano,nos Indios, os traços vivos de uma comunismo mais potente ainda que na Europa: enormes casas coletivas em que as familias inteiras viviam em comum,com tumbas comuns.fala-se de uma desas habitações coletivas em que viviam mais de 4.000 homens e mulheres.A residência principal dos imperadores Inca, a cidade de Cuzco,composta e particular por varias dessas habitações coletivas que trazia cada uma o nome da família”(p.83)

Deste modo, a documentação surgida na metade do século XIX ,pesquisada por Rosa, pôs por terra a idéia do caráter eterno da propriedade privada.E ,assim,Rosa extrai uma conclusão fundamental:

“Chega-se por força à conclusão que esse **comunismo de vilas não foi uma ‘particularidade étnica’ de uma raça ou de um continente, mas foi a forma geral da sociedade humana em certa etapa do desenvolvimento da civilização**”(p.83).

Marx : O Sistema Comunal de produção e consumo

É possível consultar como Meszáros define os elementos do “ sistema comunal vislumbrado por Marx” .

“As principais características do modo comunal de troca estão enumeradas em uma passagem dos Grundrisse:

- . a determinação da atividade vital dos sujeitos trabalhadores como um vinculo necessario e individualmente significativo na **produção diretamente geral** e sua correspondente **participação direta** no mundo dos produtos dispoiveis;
- . a determinação do próprio produto social como inerentemente comunal e geral desde o inicio, em relação às necessidades e propósitos comunais, baseando-se na cota especial que os indivíduos adquirem na produção comunal em andamento;
- . a participação plena dos membros da sociedade também no consumo comunal propriamente dito: uma circunstancia que acaba por tornar-se deveras importante, em vista da inter-relação dialética entre produção e consumo, sobre cuja base esta é caracterizada de modo adequado sob sistema comunal como definitivo “consumo produtivo”;
- . a organização planificada do trabalho (ao invés de sua divisão alienante, determinada pelos imperativos autoafirmativos do valor de troca na sociedade mercantilizada) de tal modo que a atividade produtiva dos sujeitos particulares do trabalho seja emdiada de uma forma não reificada-objetificada, por meio da troca de emrcadorias, mas por meio das **condições intrinsecamente sociais do próprio modo de produção dado**, no interior do qual os indivíduos são ativos.”.

Enfim, conclue Meszáros “Essas características tornam bem claro que a questão crucial é p estabelecimento, em termos históricos , de uma **nova mediação** do intercambio metabólico da humanidade com a natureza e da **atividade pratica autodeterminada** progressivamente entre os indivíduos sociais”(idem-p.198)

As lutas dos trabalhadores nos séculos XIX e XX ,na perspectiva da autogestão social, portam a radicalidade antagônica contra os três eixos do núcleo central do metabolismo social:o Capital,o Trabalho Assalariado e o Estado.

Estes ciclos de lutas autônomas e autogestionárias foi sistematizado por João Bernardo,em sua obra intitulada “A Economia dos Conflitos Sociais”.Bernardo qualifica tanto em termos de forma quanto de conteúdo estas lutas pela autogestão.Seu trabalho mostra claramente o que são lutas antagônicas ao Capital,para além do Capital.

Neste sentido,a obra de Meszaros é fundamental .

Em relação à autogestão,Meszaros já em “O Poder da Ideologia” (1989) , traçou elementos muito importantes,e também pondo questões sobre a ‘transição socialista’ que aprofundaria em “Para Além do Capital”(1995).

No “Poder da Ideologia” há um ensaio em que analisa a ‘visão otimista’ de Marx sobre a Comuna de Paris, intitulado “Revolução Social e divisão do trabalho”; aqui,Meszaros afirma que “Uma revolução da classe trabalhadora – como Marx via a Comuna- só em uma escala histórica de longo prazo é também ,ipso facto, uma revolução ‘contra o próprio Estado’”.

Em seguida ,seguindo as definições de Marx ,em “Guerra civil na França”,Meszaros define ‘a natureza da tarefa’: “ realizar a ‘emancipação econômica do trabalho’ mediante a ‘forma política’ finalmente descoberta’, para que o ‘trabalho livre e associado’ assuma a forma de ‘sociedades cooperativas unidas’ a fim de regulamentar a produção ‘nacional’ segundo um plano comum”.

Noutro ensaio, “Ideologia e Autonomia”,Meszaros fala abertamente em autogestão:

“...Os socialistas afirmam que a única autoridade capacitada para a tarefa de administração dos seres humanos como os recursos vitais do progresso social e econômico é a autoridade autoconstituída dos produtores associados. A ‘autogestão’ é por eles considerada não apenas praticamente viável,mas também historicamente necessária,tendo em vista as crescentes contradições internas do sistema reprodutivo socialista e a crise de autoridade agora abertamente admitida até por seus defensores mais agressivos”.

Analisando o capitalismo em relação a fabrica e ao mercado, Meszaros busca suas alternativas:” A segunda alternativa ao sistema de despotismo prevalecente no local de trabalho e à anarquia na divisão do trabalho voltada para o mercado na sociedade em geral é ainda menos compatível com o modo de controle capitalista que a primeira.Ela exige a total eliminação do capital,tanto nas microestruturas em cujo interior as praticas produtivas e distributivas da sociedade são realizadas,quanto do modo como estão articuladas em um todo crescente.Sem isto, a ‘AUTO-ATIVIDADE CONSCIENTEMENTE PLANEJADA’ dos produtores associados no plano de seus intercâmbios abrangentes se tornaria impossível,o que por sua vez prejudicaria

inevitavelmente seus esforços para instituir a ‘AUTOGESTÃO AUTONOMA’ da atividade produtiva do local de trabalho”.

Transformar esta visão em realidade presuppõe ‘obstáculos imensos’. Para Meszaros, “Permanece a questão, como antes, de como romper as cadeias do capital “lá onde são forjadas”, substituindo-as em um sentido positivo pelos ‘LAÇOS COOPERATIVOS’ conscientemente adotados – que ligam e fortalecem a todos, concedendo e determinando a cada um direitos e deveres – mediante os quais possam ser implementadas as necessárias alterações pelos produtores associados”.

Mais adiante, Meszaros volta a mesma questão; “A concepção socialista da atividade produtiva como ‘não apenas um meio de vida, mas a principal necessidade da vida’ (...) é compatível tão somente com a forma de autoridade correspondente, isto é, com a AUTORIDADE DIRETORA LIVREMENTE AUTOCONSTITUÍDA dos próprios produtores associados”.

E, categoricamente, reafirma, a atualidade do projeto de autogestão, na perspectiva de Marx:

“Neste sentido, o programa marxiano de transferência do controle do metabolismo social para os produtores associados não perdeu nada de sua validade desde a época de sua formulação. Ao contrário, surgiu de novo, mais forte do que nunca, na agenda histórica de nossos dias, visto que somente os produtores associados podem elaborar, por si próprios, as modalidades práticas com as quais pode ser resolvida a dupla crise, hoje onnipresente, da autoridade e do desenvolvimento”.

Na mesma obra, no ensaio “A constituição da solidariedade”, Meszaros analisando o que chama de ‘a tragédia de Rosa Luxemburgo’, já tinha dito o mesmo que em relação à Marx:

“Assim sendo, em todas as questões de importância vital para o movimento, Rosa Luxemburgo apresentou um conjunto de idéias coerente, profundamente dialético e, apesar das complexidades, exposto com notável clareza; conjunto de idéias que, com relação às PERSPECTIVAS A LONGO PRAZO da transformação socialista vindoura, ainda não foi superado”.

Enfim, não por acaso, Meszaros, de forma inspirada, cita Rosa no início do capítulo “Ideologia e Emancipação”:

“O socialismo não pode ser e não será inaugurado por decreto; não pode ser estabelecido por qualquer governo, ainda que admiravelmente socialista. O socialismo deve ser criado pelas massas, deve ser realizado por todo proletário. Onde as cadeias do capitalismo são forjadas, aí existem cadeias a ser rompidas. Somente isto é socialismo, e só assim ele pode nascer. As massas devem aprender a usar o poder usando o poder. Não há outro modo”.

2) Política da Autogestão

Vamos,então,retomar algumas idéias de Meszaros ,e,acrescentar outras que serão importantes para a visão estratégica da autogestão.

Ricardo Antunes sintetizou,de forma brilhante, as 3 teses mais originais do pensamento de Meszaros:

1ª) Meszaros diferencia ‘capital’ e ‘capitalismo’.O primeiro antecede ao capitalismo e é a ele também posterior.O capitalismo é ‘uma’ das formas de realização do capital, a forma dominante nos últimos três séculos.Mas,assim como existia capital antes do capitalismo, há capital após o capitalismo (o ‘capital pós-capitalista’), vigente na URSS e demais países do Leste Europeu,durante varias décadas do século XX.Estes países,embora ‘pós-capitalistas’,foram incapazes de romper com o domínio do capital.

Para Meszaros, ‘o sistema de metabolismo social do capital’ tem seu núcleo central formado pelo tripé ‘capital’, ‘trabalho assalariado’ e ‘Estado’.São três dimensões fundamentais e interrelacionadas,sendo impossível superar o capital sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreendem este sistema.

2ª) sendo um sistema que não tem limites para a sua expansão,o capital acaba por tornar-se incontrolável e essencialmente destrutivo.

3ª) qualquer tentativa de superar esse sistema de metabolismo social que se restrinja à esfera institucional e parlamentar esta fadada à derrota.Só um vasto movimento de massas,radical e extraparlamentar,pode ser capaz de destruir o sistema de domínio social do capital e sua lógica destrutiva.

Meszaros parte da idéia da ‘crise estrutural’ do capital como marca fundante desta nova época,que alguns chamam de ‘globalização’.E,por varias razões,nos mostra que a única alternativa a barbarie do capital é uma hegemonia radical socialista antagônica ao Capital.

Esta hegemonia tem por objetivo a construção de um novo tipo de sociedade,que Meszaros sempre chama em suas varias obras,de “Livre associação dos produtores”,ou seja, o que na cultura socialista significa “Autogestão Social”.

Como vimos nas experiências históricas, as principais lutas dos trabalhadores nos séculos XIX e XX ,na perspectiva da autogestão social, portam a radicalidade antagônica contra os três eixos do núcleo central do metabolismo social:o Capital,o Trabalho Assalariado e o Estado.

Este caráter e a natureza das lutas autogestionarias como experiências radicais contra o Capital,ou seja,para ‘Além do Capital’, explicam o porque tenham sido massacradas a ferro e fogo pelas personificações historicas do Capital, em ciclos distintos do capitalismo.

Estes ciclos de lutas autônomas e autogestionárias foi sistematizado por João Bernardo, em sua obra intitulada “A Economia dos Conflitos Sociais”. Bernardo qualifica tanto em termos de forma quanto de conteúdo estas lutas pela autogestão. Seu trabalho mostra claramente o que são lutas antagônicas ao Capital, para “Além do Capital”.

Neste sentido, aproximar as idéias de Bernardo com a obra de Meszaros é fundamental .

A relação da Autogestão com a Economia Solidária é outro desafio deste ensaio. É claro que, a Ecosol porta princípios da autogestão ,contudo, como veremos, suas formas de luta e de organização não portam (pelo menos na conjuntura atual) a radicalidade e o antagonismo das lutas históricas da autogestão em relação ao Capital. Suas lutas são de resistência dentro do capitalismo.

As experiências históricas de lutas autogestionárias mostram que estas começam nos locais de trabalho, nas empresas heterogêneas, de submissão do trabalho assalariado ao Capital, e vão assumindo formas radicais de organização e programas em relação a organização capitalista do Trabalho, e , em relação ao Estado (forma política articulada de expressão do Capital) .

Já a ecosol tem suas experiências mais articuladas no território, nas cidades ,e, há um segmento especial: o das ‘Empresas recuperadas’, mais próximo das experiências de controle operário.

As lutas pela autogestão ocorreram em conjunturas e ciclos pré ou mesmo revolucionários. Por sua vez, com poucas exceções, as experiências da Ecosol ocorrem em conjunturas de baixa intensidade de lutas sociais, períodos de poucas convulsões sociais.

Em momento de crise das lutas nas empresas , nos locais de trabalho, a Ecosol é a única forma de expressão da autogestão na época atual do Capital ? Define, em si mesma, uma alternativa ao atual modo de produção e mesmo ao próprio metabolismo social do Capital ? Que articulações seriam necessárias entre as lutas e formas de organização das experiências da ecosol e as do movimento operário nas empresas, através de formas associadas de organização (seções sindicais, comissões de fábrica, conselhos operários, etc.) ?

Seria, então, a Ecosol um novo reformismo ? Ainda cabe nesta época do Capital, a distinção entre reforma e revolução ? Neste ponto, vamos recorrer as análises de Meszaros, quando remarca que a linha de ‘menor resistência’ ao Capital está definitivamente sepultada nesta nova época.

Ou, será que teremos , nesta época do Capital, novos ciclos revolucionários de lutas autogestionárias ?

A nova característica de ‘crise estrutural do Capital’ não determinará , também, nova época para as lutas sociais ? Tal qual, não se prevê mais ciclos econômicos do Capital, não seria esta a nova lógica das lutas envolvendo Capital x Trabalho, em suas formas de existência atualmente.

Poderá a Ecosol desenvolver a radicalidade e o antagonismo ao Capital presentes nas lutas históricas pela autogestão e pelo socialismo ? Ela porta de forma intrínseca este potencial ?

3) I. Mézaros: A Idéia do ‘Fenecimento do Estado’

As lutas radicais contra o Capital e com base na autogestão, igualitarismo, coletivismo, e de caráter ativo, conduzem a um antagonismo frente ao Estado. Meszaros aprofunda esta questão.

Mészáros, em seu ensaio sobre “O Socialismo do Século XXI”, analisa a postura de Marx frente à Questão do Estado;

“Marx era explícito em sua defesa inflexível do ‘Fenecimento do Estado’ com todos os seus corolários. Somete a condução inexorável à realização de uma sociedade de ‘igualdade substantiva’ pode fornecer o ‘conteúdo social’ exigido ao conceito de ‘democracia socialista’. um conceito que não pode definir-se apenas em termos políticos, porque deve ir ‘além da própria política’ tal como herdada do passado.

Assim a ‘igualdade substantiva’ é também o princípio orientador fundamental da ‘política de transição’ em direção à ordem social alternativa. Quer seja explicitamente reconhecido ou não, a principal ação da política de transição é colocar-se fora de ação pela transferência progressiva dos poderes de decisão aos ‘produtores associados’, capacitando-os, desse modo, a se tornarem ‘produtores LIVREMENTE associados’ (grifo nosso).

Mészáros, mais adiante aprofunda esta questão, através da idéia de ‘unificação das esferas da reprodução material e da política’. Em várias experiências históricas da autogestão, vamos encontrar essa idéia no Programa dos Conselhos Operários.

Ao expor as condições para libertar o movimento socialista da ‘camisa-de-força’ do parlamentarismo (democracia representativa), pondo a primeira condição como sendo ‘a participação real’, Meszaros retoma a questão do Estado:

“Há também uma outra dimensão, que concerne ao desafio muito mais amplo e fundamentalmente tão inevitável a que se normalmente se refere na literatura socialista como o ‘fenecimento do Estado’. As dificuldades aparentemente proibitivas desse projeto marxiano vital se aplicam com a mesma relevância e peso tanto a ‘participação – como a auto-administração plenamente autônoma de sua sociedade pelo ‘produtores livremente associados’ em todos os domínios, muito além das restrições mediadoras (por algum tempo necessárias) do Estado político moderno – quanto ao modo duradouro de unificação das esferas de reprodução material e política como alternativa radical visada ao ‘parlamentarismo’.

Com efeito, prossegue Meszaros, “quando consideramos a tarefa histórica de tornar real o fenecimento do Estado, a auto-administração por meio da plena participação e a superação permanentemente sustentável do parlamentarismo por uma

forma positiva de decisão substantiva – em oposição à formal/jurídica politicamente limitada – são inseparáveis”.

Neste sentido, Meszáros assinala as experiências dos últimos 15 anos ocorridas na Venezuela e na Bolívia, em que, as tentativas de grandes mudanças sociais foram acompanhadas de uma crítica substancial do sistema parlamentar e pelo restabelecimento de assembleias constitucionais. Como veremos adiante, as experiências dos Governos Alvaro, no Peru; do Governo Torres, na Bolívia, e, Allende, no Chile, além das mais recentes de Chaves e Morales, trouxeram esta marca de crítica radical à ‘democracia representativa e parlamentar’.

Na verdade, uma retomada contemporânea da ideia da Comuna Popular. Meszaros também aborda esta ideia tão cara à Grande Revolução Francesa :

Ao criticar ‘deturpação tendenciosa’ das ideias de Rousseau, Meszaros diz que “Contudo, a verdade do problema é que, por um lado, o poder de decisão fundamental não deveria jamais ser separado das massas populares. Ao mesmo tempo, por outro lado, o cumprimento das funções administrativas e executivas específicas em todos os domínios do processo socio-reprodutivo pode, com efeito, ser ‘delegado’ por um determinado período de tempo aos membros de dada comunidade, contanto que isso se faça sob regras estabelecidas de modo autônomo, pelos ‘produtores livremente associados’ e por eles controladas em todos os estágios do processo substantivo de decisão”.

Meszaros situa a questão central;

“Pois o desafio inevitável nesse sentido requer a solução de um problema extremamente desafiador: a saber, que o capital é uma ‘força extraparlamentar por excelência’ de nossa ordem social e, contudo, ao mesmo tempo ‘domina completamente o parlamento’ de fora, embora pretenda ser simplesmente uma ‘parte dele’, professando operar em relação com as forças políticas alternativas do movimento da classe trabalhadora de um modo ‘plenamente igualitário’.

Para o pensador húngaro, “Em uma ordem socialista, o processo ‘legislativo’ teria de se fundir com o próprio processo de produção de tal modo que a necessária ‘divisão horizontal do trabalho’ fosse complementada de maneira apropriada por um sistema de coordenação autodeterminada do trabalho, dos níveis locais ao global”

“essa relação está em agudo contraste com a perniciosa ‘divisão vertical do trabalho’ do capital, complementada pela ‘separação de poderes’ em um ‘sistema político democrático’ alienado e inalteravelmente imposto sobre as massas trabalhadoras’.

Em outro momento, Meszáros afirma categoricamente:

“é por isso que a reconstituição radical historicamente viável da unidade indissolúvel da esfera política e de reprodução material em uma base permanente é, e permanece, a exigência essencial do modo socialista de controle sociometabólico”.

Para Meszaros, "ou a sociedade de 'produtores associados' aprende a controlar a riqueza alianada e reificada, com forças produtivas emergentes do trabalho social autodeterminado de seus membros individuais- porém não mais 'isolados'.

Seguindo Marx, Meszaros diz que "as condições objetivas de trabalho não aparecem subsumidas ao trabalhador; antes, este aparece subsumido a elas. Capital 'emprega' trabalho. mesmo essa relação em sua simplicidade é 'uma personificação das coisas e uma reificação das pessoas'"

"O capital é a 'força extraparlamentar por excelencia' cujo poder de controle sociometabólico não pode de maneira alguma ser restringido pelo parlamento. É por essa razão que o único modo de representação política compatível com o modo de funcionamento do capital é aquele que 'efetivamente nega' a possibilidade de contestar seu 'poder material'.

"Assim, o único desafio que poderia afetar de maneira sustentável o poder do capital seria aquele que tivesse simultaneamente o objetivo de assumir as funções produtivas chave do sistema e adquirir o controle sobre os processos políticos de decisão correspondentes em todas as esferas, em lugar de restringir-se de modo incorrigível pela limitação circular da ação política institucionalmente legitimada de legislação parlamentar".

Façamos citação, em que Meszaros retoma o problema do 'fenecimento do Estado', concluindo seu pensamento:

"Nesse sentido, em vista da questão inevitável que emerge do desafio das determinações sistêmicas, com relação tanto à reprodução socioeconômica quanto ao Estado, a necessidade de uma transformação política abrangente – em estreita conjunção com o exercício significativo das funções produtivas vitais da sociedade sem o qual uma mudança política duradoura e de longo alcance é inconcebível – torna-se inseparável do problema caracterizado como 'fenecimento do Estado'."

Em seguida, Meszaros, define o conteúdo, sem dúvidas, de autogestão, desse processo:

"Por conseguinte, na tarefa histórica de realização do 'fenecimento do Estado', a auto-administração pela plena participação e a superação permanentemente sustentável do parlamentarismo ou uma forma positiva de decisão substantiva são inseparáveis..."

Essa é uma preocupação vital, e não uma fidelidade romântica ao sonho irrealizável de Marx", como algumas pessoas a procuram desabonar e descartar. Na verdade, o 'fenecimento do Estado' não se refere a algo misterioso ou remoto, mas a um processo perfeitamente tangível que deve iniciar-se já em nosso próprio tempo histórico. Isso significa em uma linguagem franca, a reaqusição progressiva dos poderes alienados de decisão pelos indivíduos em seu empreendimento de mover-se em direção a uma sociedade socialista genuína."

E, remarca que: "Sem a reaqusição desses poderes (...) não é possível conceber nem o novo modo de controle político da sociedade como um todo por seus

indivíduos, nem tampouco a operação cotidiana ‘não-conflitual/adversa’ e, portanto, ‘coesiva/planejável’ das unidades produtivas e distributivas particulares pelos ‘produtores livremente associados’ e ‘auto-administrados’.

Enfim, que: “A suplantação radical da ‘conflitualidade/adversidade e a conseqüente seguridade do fundamento material e objetivo do ‘planejamento global viável’ (...) são sinônimos do ‘fenecimento do Estado’ como um empreendimento histórico contínuo.”

Meszáros avança na definição do ‘sujeito revolucionário’ á altura dessa tarefa histórica.

“Obviamente, uma transformação dessa magnitude não pode realizar-se sem a ‘dedicação consciente’ de um movimento revolucionário à mais desafiadora tarefa histórica, capaz de sustentar-se contra toda a adversidade, já que seu engajamento tende a despertar a hostilidade feroz de todas as maiores forças do sistema do capital”.

Vimos esta barbárie das forças do Capital contra os trabalhadores, por exemplo, na Comuna de Paris e, quase um século depois, no Chile de Allende.

“Por essa razão, o movimento em questão não pode ser simplesmente um partido político orientado a fim de assegurar concessões parlamentares, que em via de regra acabam por anular-se mais cedo ou mais tarde pelos interesses extraparlamentares autovantajosos da ordem estabelecida vigente também no parlamento. O movimento socialista não pode obter êxito diante da hostilidade dessas forças a menos que seja rearticulado como um movimento revolucionário de ‘massa’ conscientemente ativo em ‘todas’ as formas de luta social e política: local, nacional e global/internacional, utilizando plenamente as oportunidades parlamentares quando disponíveis, por mais limitadas que possam ser, sobretudo sems e esquivar de asseverar as demandas necessárias da desafiadora ação extraparlamentar”.

Meszaros aponta elementos da estratégia: “Assim, em relação a ambos os domínios de reprodução material e político, a constituição de um movimento socialista extraparlamentar ‘de massa’ estrategicamente viável – em conjunção com as formas tradicionais de organizações políticas do trabalho, ora irremediavelmente desencaminhadas, que ‘precisam com urgência da pressão e do apoio radicalizantes’ de tais forças extraparlamentares – é uma condição vital pra a contraposição ao poder extraparlamentar maciço do capital”.

Adiante, em no mesmo ensaio sobre “O Socialismo no século XXI”, Meszaros afirma que “O sujeito social capaz de regular o processo de trabalho com base no ‘tempo disponível’ só pode ser a ‘força conscientemente combinada da multiplicidade de indivíduos sociais’ : os “produtores livremente associados”, como são habitualmente denominados”.

Para cumprimento destas tarefas de atualização da proposta socialista, Meszaros põe algumas questões de método:

“A constituição urgentemente necessária da alternativa radical ao modo de produção do metabolismo social do capital não ocorrerá sem um reexame crítico do passado. É necessário examinar o fracasso da esquerda histórica em concretizar as expectativas otimistas expressas por Marx quando ele postulou, em 1847, a associação sindical e o conseqüente desenvolvimento político da classe trabalhadora paralelamente ao desenvolvimento industrial de vários países capitalistas”.

Desde que o “Capital controla ‘realmente’ todos os aspectos vitais do metabolismo social, o capital é capaz de definir separadamente a esfera constituída da legitimação política como uma questão estritamente ‘formal’, excluindo a priori a possibilidade de qualquer contestação legítima em sua esfera ‘substantiva’ de operação reprodutiva socioeconômica”, para Meszáros;

“A reconstituição da unidade da esfera material reprodutiva e política é a característica essencial definidora do modo socialista de controle do metabolismo social”.

E, neste sentido, “a experiência histórica pós-capitalista é um relato triste e premonitório”, conclui Meszaros. Faltou a instituição de um ‘controle democrático substantivo’. Se, o ‘capital nada é sem o trabalho, e de sua exploração permanente’; se a ‘relação entre capital e trabalho ser não-simétrica’; isto quer dizer : “ enquanto o capital depende absolutamente do trabalho, a dependência do trabalho em relação ao capital é ‘relativa, historicamente criada e historicamente superável”.

Esta relação entre capital e trabalho, conduz Meszaros a considerar a possibilidade –‘e apenas a possibilidade’- de uma evolução positiva dos acontecimentos que conduz a ‘uma importante mudança histórica na confrontação entre capital e trabalho, e traz consigo a necessidade de buscar uma nova forma de afirmar os interesses vitais dos “produtores livremente associados”.

E, portanto, do Socialismo com base na Autogestão Comunal !

Bibliografia: obras de Mészáros

MÉSZAROS, Istvan. **Beyond Capital**. New York: Monthly Review Press, 1995.

_____. **Para Além do Capital**. Rumo a uma teoria da transição. São

Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. **The Power of Ideology.** New York: Harvester Wheatsheaf, 1989.

_____. **O Poder da Ideologia.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. **O Desafio Histórico e o Fardo do Tempo Histórico.** São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **A Crise Estrutural do Capital.** São Paulo: Boitempo editorial, 2009.

-----Estrutura Social e Formas de Consciencia.A determinação social do método.Boitempo editorial.2009

----- Estrutura Social e Formas de Consciencia II.A dialética da estrutura e da Historia.editorial Boitempo.2011

-----Atualidade Historica da Ofensiva Socialista. Boitempo editorial.2010

----- A Teoria da Alienação em Marx.Boitempo editorial.2006

----- A Educação para Além do capital. Boitempo editorial.2005

-Marx, Karl - “ Grundrisse. Introduction on the Critique of Political Economy”.The Pelican Marx Library. (Translated with a Foreword by Martin Nicolaus). Penguin Books / New Left Review. London.1973

-Bert, Andreas. La Liga de los Comunistas. Madrid.Ediciones de Cultura popular.1977

-Pannekoek , Anton. **Los consejos obreros.** Buenos Aires: Editorial Proyeccion, 1976.

_____. **Les Conseils Ouvriers.** Paris: Spartacus, 1982. [02 volumes]

-- Clastres, Pierre- “Society against the State”.Zone Books.New York,1989

-Riazanov, D. – introduction historique de “Le Manifeste communiste”.A.Costes.Paris.1947

-Kropotkin – “El Apoyo Mutuo”.E.madre Tierra.Espanha.1989

-Rubel, M. – “Crónica de Marx”.Anagrama.Barcelona.1973

-Luxembourg, Rosa – “Introduction à l’économie politique”.éditions anthropos.paris.1971